

Reforma Administrativa e impactos sobre as mulheres são debatidos em conferência da Condsef

Na última quarta-feira (13), a Condsef/Fenadsef realizou, de forma virtual, uma Conferência Livre preparatória para a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPМ). Com o tema “Reforma Administrativa e Impactos sobre as Mulheres”, o encontro reuniu especialistas e dirigentes sindicais para debater os riscos que as mudanças propostas para o serviço público representam especialmente para as mulheres, maioria na linha de frente dos serviços públicos.

Foram eleitas como representantes da Confederação na 5ª CNPM as dirigentes Erilza Galvão e Sandra Mota. Entre as principais preocupações apontadas, estão a fragilização dos vínculos empregatícios, a substituição de servidores estáveis por temporários e a

consequente precarização do serviço público.

O presidente do Sindsep, João Carlos Lima Martins, ressaltou a relevância do debate: “Discutir reforma administrativa sob a ótica de gênero é fundamental para mostrar que a defesa da estabilidade não é só uma pauta corporativa, mas também uma proteção para a sociedade e para a qualidade do serviço público”.

A Condsef/Fenadsef reafirma seu compromisso com a defe-



sa do Regime Jurídico Único e a valorização dos servidores, especialmente das mulheres, que garantem o atendimento direto à população.

Sindsep reforça participação no Plebiscito Popular 2025

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEP) reforça a importância da participação de todos no Plebiscito Popular 2025, que segue aberto até setembro.

A consulta aborda três pontos principais: fim da escala 6x1,

redução da jornada sem redução salarial e isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, com maior taxa para rendas acima de R\$ 50 mil.

Para votar presencialmente, basta procurar um ponto de votação, levar documento com foto e

preencher a cédula. A lista dos locais está disponível no Instagram @plebiscitopopular2025.

O plebiscito é aberto a toda a população e também contará, em breve, com votação online. Prazo final: setembro.

Participe!

SUA VOZ TEM FORÇA!

ESCANEE O QR CODE E PREENCHA O FORMULÁRIO PARA RECEBER INFORMAÇÕES E PARTICIPAR DESSA LUTA

CCJ aprova aumento de pena para aliciamento de crianças na internet

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (13), por unanimidade, o Projeto de Lei 2.857, de 2019, que aumenta em um terço a pena para o crime de aliciamento de crianças e adolescentes por meio da internet, via aplicativos ou redes sociais.

“O endurecimento da punição é necessário, pois as tecnologias atualmente usadas para promover a interação entre pessoas amplificam ou facilitam a prática de crimes que antes ocorriam apenas no mundo presencial”, defendeu a relatora do texto, deputado Laura Carneiro (PSD-RJ).

Atualmente, o artigo 241-D, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 1990) prevê pena de reclusão de 1 a 3 anos, mais multa, a quem aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

O projeto de lei avançou na CCJ após repercussão da denúncia do influenciador Felca Bressanim contra perfis que usam crianças e adolescentes com pouca roupa, dançando músicas sensuais ou falando de sexo em programas divulgados nas plataformas digitais, com o objetivo de monetizar esses conteúdos, gerando dinheiro para os donos dos canais.

Diante da denúncia, o



presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, anunciou a entrega, em 30 dias, de um projeto de lei contra a adultização infantil, que deve ser construído por grupo de trabalho de parlamentares e especialistas.

Regulação

A possível responsabilização das plataformas digitais por permitir a monetização de conteúdos com exploração de crianças e adolescentes causa divergência entre os deputados.

Os partidos de oposição criticam a possibilidade de regulação das redes argumentando que se trata de censura. Já deputados ligados à base governista justificam que a regulação das redes é necessária para reduzir os abusos contra a infância no Brasil.

Na discussão desta quarta-feira na CCJ, o deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM) afirmou que a oposição não vai per-

mitir pautas que criem regras para o funcionamento das redes sociais.

O deputado Helder Salomão (PT-ES) avalia que aumentar a pena para os criminosos não é suficiente, e defende a responsabilização das plataformas que lucram com conteúdos que exploram crianças e adolescentes.

“Quem não quer regular as redes sociais, as plataformas digitais, as big techs, é conivente com esse tipo de crime de pedofilia, de violência sexual, de exploração sexual e de abuso sexual contra crianças e adolescentes. É uma questão lógica. Se eu acho que o ambiente digital deve ser terra de ninguém, eu estou colaborando para a prática de crimes contra a criança e a infância e os adolescentes do nosso país”, afirmou.

Fonte: CUT